

Secretária promete rever demissão de comissionados

Newton Araújo Jr.
Da equipe do Correio

DF-Educação
011
Reportagem 0012

Jorge Cardoso 8.1.99

A partir de hoje, assistentes e secretários escolares atingidos pelo decreto do novo governo que exonera todos os cargos comissionados serão chamados às Diretorias Regionais de Ensino (DRE) e terão suas situações reavaliadas. "Se se comprometerem com a gestão técnica e não partidária de suas funções, serão nomeados novamente para os cargos", assegurou ontem a secretária de Educação Eurides Brito. Ela acertou essa fórmula em audiência com o governador Joaquim Roriz ainda na sexta-feira passada. "Vão voltar os mesmos?", chegou a perguntar o governador. "Por quê não?", rebateu a secretária, argumentando que são cargos técnicos e não políticos.

Isso, de certa forma, põe por terra a resolução tomada também sexta-feira, à noite, pelos sindicatos dos Professores (Sinpro) e dos Administradores Escolares (SAE), que pretendiam radicalizar a questão. "Estamos dispostos a paralisar as aulas no início do semestre, caso não tenhamos nossas reivindicações atendidas", avisa Marcos Pato, diretor do Sinpro.

Os sindicatos marcaram uma manifestação de protesto para esta manhã, em frente à Secretaria de Educação, no Anexo do Palácio do Buriti. "Esse é um direito que eles têm e previsto democraticamente. Afinal, vivem disso", ironiza Eurides Brito. "As nossas medidas já estavam previstas. Não foram tomadas sob pressão. Não



Professores em assembléia: sindicato da categoria promove hoje protesto em frente à Secretaria de Educação

sou mulher de ter medo de ameaças."

Caso se confirme a renomeação nos cargos dos assistentes e secretários escolares, essa decisão acontece em momento crucial. Começam agora as matrículas para o ano letivo, em especial de quem não teve confirmada a vaga pelo Telematrícula. E a indefinição nas nomeações poderia atrapalhar o processo. "As matrículas serão feitas normalmente. Não queremos prejudicar a comunidade", garante Marcos Pato.

ESCOLA CANDANGA

Este ano de 1999 será um período de teste para o modelo pedagógico não-seriado, implementado no governo Cristovam Buarque e chamado de Escola Candanga. "O nome é inadequado. Trata-se de uma forma de organização prevista nas Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e não uma invenção daqui. Já implantada também em outros estados", diz a secretária Eurides. "Não vamos acabar com esse modelo, mas avaliá-lo por

meio de uma pesquisa científica."

Nas escolas onde já existe o modelo não-seriado, continua tudo como está. Mas não será expandido para as escolas onde o modelo ainda não havia sido implantado. Nessas, continua o modelo anterior, baseado em séries. "É até bom que coexistam os dois modelos. Assim será possível fazer uma avaliação melhor", diz Eurides. "Se tivermos de fazer alguma mudança estrutural, isso será feito somente no ano 2.000 e, assim mesmo,

baseado em pesquisa científica."

Por parte dos sindicalistas, a secretária Eurides Brito é criticada como autoritária e com o pensamento fixado no período da ditadura militar. "A secretária age e fala como se estivéssemos há 20 ou 30 anos", detona Marcos Pato. E por ter esse comportamento, a secretária seria contra o modelo de Gestão Democrática das Escolas, transformado em Lei (nº 957/95) e aprovado por unanimidade pela Câmara Distrital.

"A época de simplesmente nomear diretores já passou. Os diretores eleitos continuam até o fim do mandato. Muito embora, se o governador quisesse, poderia demiti-los. Há jurisprudência firmada a esse respeito", diz Eurides. "E não sou contra a eleição direta dos diretores e vices para as escolas. Mas essa questão precisa ser melhorada com a inclusão de novas variáveis", acrescenta. E cita outros modelos que também deram certo. Como em São Paulo, por exemplo, onde os diretores de escolas são escolhidos por concurso público. "Lá, trata-se de cargos de carreira."

A secretária lembra ainda que em Minas Gerais também vigora o modelo de gestão da escolha direta dos diretores e vices: "Mas lá foi incluída uma prova de conhecimento de gestão pública. Em Brasília, o processo foi muito bom. Só faltou a prova de competência. Quem tem experiência docente em sala de aula, sabe com certeza dirigir melhor uma escola."